

# De quem é a praça Gomes Freire?:

## As disputas simbólicas no espaço *Jardim* e as representações da imprensa de Mariana-MG

*Whose is Gomes Freire square?:*

*Symbolic disputes in the “Jardim” space, and their  
representations in the press of Mariana-MG*

Cláudio Rodrigues Coração

Professor dos cursos de Pós Graduação em Comunicação e de Graduação em Jornalismo da UFOP.

Filipe Davison Barboza Carneiro

Mestrando do Programa de Pós Graduação em Comunicação da UFOP. Graduado em Jornalismo pela mesma instituição.

### RESUMO

Principal espaço público de Mariana-MG, a praça Gomes Freire – mais conhecida como *Jardim* – é frequentada por diferentes grupos sociais. Essa sociabilidade não se dá de forma totalmente harmônica, o que gera disputas simbólicas. A partir do entendimento de que deve ser preservado no *Jardim* seu caráter plural de convivência – mesmo na chave da tensionalidade – este artigo pretende investigar as representações sobre a praça através da mídia local, mais precisamente pelo jornal *Ponto Final*, já que a imprensa é um dos principais agentes construtores dos sentidos urbanos. As análises mostram que, apesar da variada gama de uso, o jornal prefere dar destaque aos supostos aspectos negativos do *Jardim*. Dessa forma, é possível afirmar que as pautas jornalísticas batem com as ideias de higienização, controle e vigília, visão que pode interessar a determinados grupos e que coloca em risco o caráter estritamente público da praça.

**Palavras-chave:** praça Gomes Freire; *Jardim* de Mariana; espaço público.

### ABSTRACT

As the main public space of Mariana-MG, Gomes Freire Square - widely known as “Jardim” - is frequented by different social groups. This sociability does not happen in a totally harmonious way, so that it generates symbolic disputes. From the understanding that the plural nature of coexistence must be preserved in “Jardim” - even considering the key of tension - this article intends to investigate the representations about that square by means of the local media, and more precisely through the newspaper *Ponto Final*, since the press is one of the main agents for the construction of urban meanings. The analysis shows that, in spite of a varied range of use, the newspaper prefers to highlight the supposed negative aspects of “Jardim”. In this way, it is possible to affirm that the journalistic guidelines coincide with the ideas of hygiene, control and surveillance, a view that may interest certain groups, and which jeopardizes the strictly public character of that square.

**Keywords:** gomes Freire Square; *Garden of Mariana*; *public place*.

## A PRAÇA

Se um(a) adolescente em Mariana<sup>1</sup>-MG quiser se divertir, provavelmente sua única opção de ampla sociabilidade será a praça Gomes Freire. É neste local, mais precisamente nas noites de domingo, que muitos jovens da cidade, dos bairros centrais aos periféricos, conhecem os usos e os efeitos da vida fora de casa: da primeira bebedeira ao primeiro beijo – não necessariamente nessa ordem. Aos olhares menos observadores, a praça, delimitada em forma retangular e pouco inclinada bem no centro do município (entre as ruas Dom Viçoso, Barão de Camargos, além da Travessa São Francisco e da Casa Arquiepiscopal) consegue aparentemente harmonizar em seu arejado espaço pessoas de diferentes origens, classes e idades. Afinal de contas, como alguém poderia não ser sociável em meio a tantas árvores, plantas, bancos, coreto central, busto do Dr. Gomes Freire<sup>2</sup>, lagos artificiais com peixes, além de bares, restaurantes e lanchonetes em seu entorno?

Mas para além de um olhar romantizado e clichê, a praça, conhecida popularmente como *Jardim*, revela nas noites de domingo algumas barreiras invisíveis, do tipo: Por que certas pessoas caminham por esse lado, enquanto outras por outro? Por que grupos se apropriam de determinadas áreas? Por que certos bancos e demais acentos são disputados enquanto outros permanecem ignorados? Por que “é mais seguro” seguir em um determinado caminho e não em outro para buscar no botequim a cerveja gelada, o vinho barato ou aquele lanche de fim de noite?

Diante de instigações proporcionadas por experiências, observações e relatos que apontam para lutas simbólicas entre classes, etnias, e outras que serão tratadas mais a frente, este artigo tem por objetivo compreender melhor as disputas por espaço que existiram – e ainda existem – na praça Gomes Freire, e entender como elas se configuram nas publicações da mídia local. Em outros termos, o trabalho visa a investigar as pistas que historicamente traçaram as formas de convivência e de estranhamento na organização contemporânea deste importante espaço público de Mariana e o papel que a imprensa assume – mais precisamente o jornal local *Ponto Final* – nessa abordagem.

## A PRAÇA QUE A HISTÓRIA REVELA

Apesar de ser um ambiente de extrema importância para a reflexão sobre a história, a dinâmica social e a própria cotidianidade de Mariana, a praça Gomes Freire carece de estudos e pesquisas<sup>3</sup>. Talvez por ser um local estritamente público desde a sua origem (sem grandes amarras da Igreja e do poder político, por exemplo), o *Jardim* não tem sua “história oficial” acessível e declamada de forma tão clara, objetiva e formal como os espaços e os monumentos católicos, das esferas do executivo, legislativo, judiciário e da elite marianense, quase todos exaltados em roteiros e passeios turísticos. Estrictamente público porque pelo o que é apresentado no livreto *História da Praça Gomes Freire: o Jardim de Mariana* – rara obra dedicada exclusivamente ao assunto – a área onde hoje se encontra a praça Gomes Freire se desenvolveu, ainda no período colonial, atrelada ao rossio<sup>4</sup>: “Era ali, no limite do Rossio, que paravam os cavalos e as pessoas se preparavam para entrar ou sair da vila, desenvolvendo nesse espaço uma tradição de apropriação informal, um espaço popular” (ALVES; FIGUEIREDO; PAIVA, 2010, p. 13).

De espaço interligado ao rossio, aquele descuidado campo passou a receber festas populares chamadas “cavalhadas<sup>5</sup>” e também cerimônias de cunho profano. Outro ponto do livreto que chama a atenção ao se pensar o caráter estritamente público do *Jardim* desde a sua constituição, foi a tentativa de construir por lá, em meados do século XVIII, o edifício da Casa da Câmara e Cadeia como forma de enobrecer a área, ideia refutada em seguida já que o entorno da então praça D. João V<sup>6</sup> naquele momento se encontrava quase totalmente ocupado (ALVES; FIGUEIREDO; PAIVA, 2010). Desse modo, com a não efetivação de uma casa política e sem uma igreja de referência, o *Jardim* pôde, como já defendido anteriormente, ser organizado um pouco mais distante das estruturas dos poderes político e religioso, se comparado, obviamente aos outros espaços públicos centrais da cidade, como a praça da Matriz (atual praça da Sé), símbolo do sagrado, e a praça Minas Gerais – localidade que abriga os conjuntos arquitetônicos: Câmara de Mariana (antiga Casa da Câmara e Cadeia), Pelourinho, Igreja de Nossa Senhora do Carmo e Igreja de São Francisco.

Para além das disputas históricas e contemporâneas entre classe e etnias, a praça, na década de 1950, ao se modernizar e ganhar aspectos de ajardinamento, protagonizou uma nova dinâmica espacial: a de gênero. Alves, Figueiredo e Paiva (2010) explicam que a colocação de ciprestes formou um ambiente fechado, desencadeando um espaço hostil às mulheres. Ainda segundo as

autoras, esse movimento arquitetônico separatista entre homens e mulheres se desfez com o refinamento do ambiente – desenvolvido em um traçado mais aberto – a partir da década de 1960.

Diante desse breve mergulho histórico, já é possível entender que as barreiras simbólicas visualizadas aos domingos de lazer juvenil não se dão em vão e, muito menos, sem os rastros de outras disputas. Mas, antes de aprofundar nessa questão, é preciso compreender melhor o que o espaço de uma praça pode significar para a organização de uma cidade.

### A PRAÇA, O ESPAÇO E O CARÁTER PÚBLICO

As praças, entendidas aqui como “espaços livres de edificação, públicos e urbanos, destinados ao lazer e ao convívio da população, acessíveis aos cidadãos e livres de veículos” (ROBBA; MACEDO, 2010, p. 17), despertam reflexões em sentidos amplos, visto que nelas é possível observar, suspeitar e até classificar os contrastes de identidades, além das fronteiras simbólicas que separam, aproximam, limitam, hierarquizam e estimulam resistências de grupos e indivíduos em suas ações.

Desse modo, o espaço do *Jardim* deve ser tomado não apenas como uma estrutura física e isolada, mas sim dentro de uma realidade relacional, ou como define Santos (2014): “o espaço deve ser considerado como um conjunto indissociável, de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais e, de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento” (SANTOS, 2014, p. 30-31). Isto é, o espaço – geográfico – se faz pelas práticas que se movimentam e se renovam de acordo com as relações desenvolvidas pela sociedade e com a sua evolução própria. Entendimento este que também se aproxima da proposta de diferenciação entre lugar e espaço traçada por Certeau (1998), em que o primeiro termo tem a ver com uma dimensão estável de posições, enquanto o segundo diz respeito a um cruzamento de móveis animado pelo conjunto dos movimentos que ali se desdobram. Com isso, “o espaço é um lugar praticado. Assim, a rua geometricamente definida por um urbanismo é transformada em espaço pelos pedestres” (CERTEAU, 1998, p. 202). A partir desses pontos de reflexão, entender a praça e, conseqüentemente, o seu espaço, não diz respeito apenas aos aspectos originários da tipologia urbana formadora, mas também às dinâmicas humanas dos que ali habitam e circulam, ou seja, as relações singulares e plurais promovidas ali.

Sendo relacionais, em movimento e, conseqüentemente, disputadas para os mais variados usos e sentidos (e talvez por isso), as praças – principalmente as das médias e grandes cidades brasileiras – vêm perdendo seu caráter plural e se esvaziando muito por conta de uma ideia higienista, privatista e até pela difusão de uma cultura do medo. Ao dialogar sobre lazer e espaços públicos, Rolnik (2000) diagnostica o desaparecimento desses sentidos. Para ela:

o espaço público vai diminuindo ao ser capturado e privatizado, restando apenas e tão somente aquele necessário para a circulação de mercadorias, inclusive de mercadorias humanas; esvazia-se a dimensão coletiva e o uso multifuncional do espaço público, da rua, do lugar de ficar, de encontro, de prazer, de lazer, de festa, de circo, de espetáculo, de venda (ROLNIK, 2000, p. 5).

Assim sendo, se for levantada a discussão sobre a posse por espaço na cidade de Mariana, como um todo, é possível evidenciar certa polarização entre populações tradicionais e recém-chegadas, além de nichos elitizados e populares que estimulam o não contato. Não é tão difícil, por exemplo, visualizar bairros centrais bem estruturados com suas refinadas moradias (históricas ou não) e bairros periféricos mal planejados e em condições precárias, muito menos quais figuras ali habitam e quais não são tão bem-vindas.

Mas, ao problematizar as questões desses autores e relacioná-las diretamente com a praça Gomes Freire, é possível presumir que o *Jardim*, apesar das mudanças arquitetônicas e dos novos comportamentos dos cidadãos e dos seus frequentadores, ainda se constitui como um importante espaço de convivência plural, mesmo com as demarcações simbólicas dos que ali circulam. Em outras palavras, a praça ainda consegue reunir pessoas de variadas classes sociais, moradores das regiões nobres e periféricas, trabalhadores, turistas e cidadãos tradicionais, crianças, jovens e velhos, entre outros atores sociais.

E, mais especificamente, se for atentado sobre as transformações da própria cidade de Mariana ao longo do tempo histórico – de vila para cidade e até capital do estado – além das conseqüências sofridas pelo fluxo constante de pessoas derivado dos ciclos minerais (primeiramente do ouro no século XVIII e agora do minério de ferro<sup>7</sup>), é ainda mais interessante observar que o caráter público da praça – ao que parece – resistiu ao seu modo. Ou seja, mesmo com novos comportamentos, novas arquiteturas, novas políticas públicas, novos moradores, novas geografias do próprio município entre outras transformações, a praça ainda consegue se transparecer na proposta de coletividade. Questão que configura ainda mais a importância de estudos sobre ela.

## A PRAÇA DO JORNAL

Como discutido anteriormente, a praça Gomes Freire é um espaço central de disputa simbólica na cidade de Mariana. A história revela que, mesmo pressionada a se voltar a determinados grupos em certos momentos e episódios, ela continua – tensionada na ideia das barreiras invisíveis – a se apresentar em variadas funções para diferentes interações, o que inclui pobres, negros, artistas de rua, *hippies*, boêmios, vendedores ambulantes, mulheres, crianças e velhos. De forma mais direta, é possível argumentar que com o movimento tensional, variados grupos tomam posse e demonstram ali suas relações e usos, o que para uma forma de pensar pode gerar desconforto, desconfiança, insegurança e ódio, mas que para outra pode elevar o debate sobre pluralidade, convivência, respeito e, sobretudo, sobre a importância do espaço público.

Mas, ao enxergar essa cotidianidade sob a ótica da mídia, especificamente a do jornal impresso local *Ponto Final*<sup>8</sup>, é necessário perguntar se a noção do espaço estritamente público permanece ou se alguns grupos frequentadores são mais legitimados que outros. Ou como o título deste artigo sugere: “de quem é a praça”, nesse caso, segundo o que é veiculado na imprensa marianense?

Antes da análise em questão, é preciso deixar claro o caminho teórico metodológico do trabalho. Em primeiro lugar, estudar o viés sociocultural da praça e sua dinâmica relacional sob os olhos da mídia dialoga com o entendimento de García Canclini (2002) de que os meios de comunicação são os principais agentes que ajudam a construir os sentidos urbanos, além dos debates sobre cidades, cidadanias e, conseqüentemente, sobre apropriação de espaço. Segundo o autor: “a imprensa jornalística foi o primeiro recurso tecnológico moderno para informar-se sobre a cidade. Sua aparição foi decisiva para a instauração da noção moderna de esfera pública” (GARCÍA CANCLINI, 2002, p. 44). Dessa forma, é preciso compreender demandas mais abrangentes, como a influência, a estrutura e a responsabilidade da imprensa nas disputas das apropriações urbanas, além das conseqüências do que é publicado para os atores envolvidos.

A partir dessa percepção, o trabalho propôs analisar as edições do jornal *Ponto Final* dos últimos dez meses, a contar pelo início da produção do artigo (agosto de 2017), ou seja, um recorte temporal que abarcou outubro de 2016 a julho de 2017<sup>9</sup>. Com essa delimitação, o *corpus* do trabalho abrangeu 33 jornais completos, em arquivos<sup>10</sup> formato PDF, disponíveis no próprio *site* do *Ponto Final*.

Por meio desses procedimentos, foi verificado que a praça apareceu de alguma forma em 17 edições do jornal, mais precisamente, em 21 notícias, notas ou textos opinativos. Dessas, um primeiro aspecto revelou que a grande maioria (14 textos) diz respeito ao local apenas como ponto de encontro e localização a algum evento cultural, esportivo ou social, como, por exemplo, nas manchetes: “Jardim recebe a 23ª Corrida da Cidade” (P.7 da edição nº 1112 - de 28 de julho a 03 de agosto de 2017); e “Dia mundial do *Tai Chi Chuan* é comemorado em Mariana com apresentações no Jardim” (P. 9 da edição nº 1100 - 05 a 11 de maio de 2017). Para ser mais enfático, nesses títulos e em seus respectivos textos, a praça não é retratada ou debatida diretamente, mas apenas apontada como referência espacial.

Uma segunda categoria do material coletado que chamou atenção no momento da análise foram as publicações em que o *Jardim* ainda não chega a ser o assunto principal do texto, mas entra como peça argumentativa das discussões. Essa relação aconteceu em três momentos: (1) Na reportagem: “Drogas: um problema sem fim” (P. 7 da edição nº 1076 - 18 a 24 de novembro 2016), em que uma fonte moradora da cidade, ao comentar sobre o consumo de drogas, julga a praça Gomes Freire como ponto de uso frequente. O trecho em questão diz: “De acordo com Maria, locais da cidade como a Praça Gomes Freire (Jardim) ficam o dia todo infestados de pessoas consumindo drogas livremente, sem que nenhuma autoridade tome atitudes cabíveis”. Aqui cabe um destaque ao uso da palavra “infestados”, sinônimo de invasão, danificação e contaminação. (2) No artigo: “Mariana: A flor de lótus das Minas Gerais” (P.7 da edição nº 1077 - 25 de Novembro a 1 de Dezembro 2016), em que a servidora pública do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, Letícia Vieira Reinhardt, ao visitar Mariana por meio do Seminário Internacional de Direito Ambiental e Minerário, narra as belezas da cidade para além do desastre ambiental decorrido pelo rompimento da barragem de rejeitos da mineradora Samarco. Em um trecho do texto a autora faz elogios à sociabilidade do Jardim: “Como aquele pequeno colibri que surgiu, percebe-se que há vida que pulsa forte e cheia de energia na cidade. Seja através dos seus moradores, do barulho das suas maritacas, dos sinos das igrejas, do violão tocado pelos jovens em sua Praça, que é conhecida como Jardim, das bandas que se apresentam no coreto ou da graça de seus palhaços. Ali, com certeza Deus se faz presente”. (3) E também no artigo: “Burraia *News* Via Láctea II”, (P. 2 da edição nº 1107 - 23 a 29 de junho de 2017), em que Luciano R. Santos (não há especificação da origem ou função do autor), ao fazer uma série de críticas à câmara de vereadores de Mariana, cita o *Jardim*: “Cadê as comissões legislativas para fazerem audiências públicas sobre melhorias na Praça Gomes Freire (Jardim)? Estive lá ontem na parte da tarde com minha

afilhada de cinco anos. Sujeira total, pedras encardidas, marmanjões andando de bicicleta e depredando as escadas do coreto com suas manobras radicais, quase criando um acidente com as crianças e adultos que circulam. E aqueles banheiros químicos? Caso de vigilância sanitária, sem falar da escuridão total. Não havia vigilantes, Guardas Municipais, nada, nadinha”.

Como se pode observar, das três publicações apenas uma avalia a praça Gomes Freire de forma positiva – pelo aspecto da sociabilidade – enquanto as outras duas evidenciam o *Jardim* enquanto local depredado, abandonado, de contínuo uso de drogas, e a com presença de pessoas que colocam em risco, pelas incivildades, a segurança dos outros frequentadores.

Além das notícias em que a praça Gomes Freire é referência de eventos e dos textos em que é citada como pano de fundo para outros assuntos, em quatro publicações<sup>11</sup> o *Jardim* aparece no jornal como pauta central. São os textos: (1) “Prefeitura apresenta propostas junto à população para o Jardim”, (P. 9 da edição nº 1073 - 28 de Outubro a 3 de novembro 2016); (2) ““O Jardim está virando uma Cracolândia’, afirma vereador”, (Manchete e P. 3 da edição nº 1081 - 23 a 29 de Dezembro 2016); (3) “Jardim é cenário de briga envolvendo policiais de Mariana”, (P. 10 da edição nº 1102 - 19 a 25 de maio de 2017); e (4) “Batuques e outros divertimentos, só com autorização da Prefeitura”, (P. 16 da edição nº 1108 - 30 de junho a 06 de julho de 2017).

A primeira reportagem diz respeito a uma reunião em que moradores da redondeza e agentes públicos debateram mudanças estruturais e de ordem no espaço, como a colocação de banheiros químicos, o reforço policial, o fechamento das ruas adjacentes aos fins de semana, além de melhorias na iluminação. Um fato curioso do texto é que mesmo afirmando que “a Prefeitura de Mariana avaliará as demandas levantadas pelos moradores e representantes sobre o tema principal da audiência” nenhum morador é entrevistado diretamente pela reportagem. Ou seja, toda a discussão referente às mudanças da praça fica reduzida às falas do secretário de Defesa Social do município – única fonte com direito às aspas.

A segunda notícia coloca em destaque a fala do vereador de Mariana, Bruno Mol (MDB), em sessão da Câmara. Neste texto, que aparece como destaque da edição, o político fala das suas impressões sobre o *Jardim*: “Ontem à noite, depois da igreja, os meus filhos queriam ver a iluminação do Natal de Luz, no Jardim, [...] quando vi uma cena que eu sinceramente posso afirmar: aquele ambiente não é saudável para a família marianense estar, infelizmente. Na minha infância e adolescência eu frequentei o Jardim, e aquele ali sempre foi um ponto de encontro da família, dos amigos, das pessoas de bem. E hoje,

infelizmente, posso afirmar que aquele lugar se tornou um lugar de consumo de drogas”. O texto ainda dá destaque a uma segunda fala do vereador: “Em todos os cantos da praça as pessoas estavam consumindo droga. Isso não pode acontecer. O Jardim está virando uma Cracolândia, e eu estou falando isso não só como representante público, mas como cidadão que frequentava o Jardim de Mariana”. A reportagem ainda transcreve o comentário do presidente da câmara, Tenente Freitas (PHS), que, entre outras argumentações, diz que é preciso “investir na família” e que os pais deveriam levar os seus filhos desde cedo à igreja e ensinar a eles o “caminho correto”. O presidente da casa de leis marianense ainda cobra melhorias para a guarda municipal com objetivo de se fazer mais intervenções ostensivas na praça.

A terceira informação sobre o *Jardim* está alocada na seção “Polícia” do jornal e cita uma confusão entre moradores da cidade e policiais à paisana: “A questão da segurança na Praça Gomes Freire vem sendo cada vez mais tema de polêmicas discussões e posicionamentos. No último domingo (14), a Polícia Militar foi acionada no Jardim por conta de uma briga generalizada entre indivíduos moradores da cidade e três policiais que estavam à paisana e fora do horário de trabalho. Segundo relatos publicados nas redes sociais por pessoas que estavam no local e presenciaram a briga, os policiais teriam sido ‘atacados e agredidos por um grupo de indivíduos no Jardim’”.

Já a quarta reportagem direcionada à praça Gomes Freire fala da proibição pela guarda municipal de uma apresentação musical do projeto “Samba no Jardim” – iniciativa criada pelos próprios frequentadores do espaço. Em um trecho, o texto diz: “A ação dos guardas causou tumulto e questionamentos a respeito do uso do espaço público, que é interdito para veículos aos domingos nos horários de 8h às 21h. Ao contrário do que ficou entendido, nada impede que existam eventos culturais na Praça. Porém, é necessário que exista autorização da Prefeitura de Mariana, adquirida através de uma protocolização, regulamentando o evento”. Nessa notícia, apesar dos “questionamentos a respeito do uso do espaço público”, também não é colocada nenhuma fala dos realizadores da ação cultural proibida em contraposição.

Como é possível observar, as quatro reportagens em que o *Jardim* é pautado como temática central do jornal *Ponto Final* se deram em torno de três tramas principais: uso de drogas, violência e desordem do espaço público. Mesmo na reportagem sobre a reunião entre moradores e agentes públicos (“Prefeitura apresenta propostas junto à população para o Jardim”) os principais argumentos da construção do texto se deram em relação à segurança e à vigília do local. Outra situação que ficou clara de se notar é que, em três das quatro reportagens, o direito de fala é dado, exclusivamente, às fontes oficiais:

agentes públicos, políticos locais e polícia. E a única notícia que em teoria dá voz aos frequentadores do local (“Jardim é cenário de briga envolvendo policiais de Mariana”) não cita especificamente nenhum nome, revelando vagamente supostos “relatos publicados nas redes sociais por pessoas que estavam no local e presenciaram a briga” e que, coincidentemente, confirmam a versão de que eram os policiais as vítimas da confusão.

Abordando especificamente a reportagem: “‘O Jardim está virando uma Cracolândia’, afirma vereador”, texto de maior destaque entre os quatro por ter sido manchete de capa do jornal e pelo maior número de caracteres, além de chamar atenção, em um primeiro momento, o argumento de viés religioso dado por figuras que deveriam abordar o fato enquanto demanda de políticas públicas, a fala em que a praça Gomes Freire é retratada como “ponto de encontro da família”, “dos amigos” e “das pessoas de bem”, revela, de certo modo, os grupos legítimos pelo vereador em questão, enquanto os que não se enquadram nessas classificações são malvistas pelo mesmo. Diante dessa questão, caberia ao jornal ir além dos argumentos dos legisladores marianenses e buscar contrapontos, inclusive com os próprios frequentadores do espaço.

## A PRAÇA DOS ESPAÇOS E DOS TEMPOS

Ao perceber o quadro de disputas em torno da praça Gomes Freire, é relevante dizer que o trânsito em qualquer cidade se faz de incorporações simbólicas e teatralizações dos atores sociais. Nesse sentido, a ocupação de um determinado lugar pode ser entendida pela chave dos conflitos e dos acionamentos políticos. Tanto do ponto de vista midiático quanto das necessidades de presença do capital cultural, a questão que se coloca é a da disputa simbólica, mas também a das percepções do espaço e do tempo.

O *Jardim*, desse modo, é historicamente e constantemente vigiado, como notado nas reportagens analisadas. Como afirma Dunker (2009, p.7): “Na passagem de um nível para outro o endereçamento da demanda [em um espaço temporal] se dilui, apaga-se, impessoaliza-se”. Não é sem propósito, então, que a imprevisibilidade em torno das disputas simbólicas seja justamente a carga fundamental para percebermos o *território do jardim*, permeado de significados e visualizado e vivido a partir deles. Do passado que teima em remontar a narrativa do espaço, do presente que impõe a lógica de vivência “oficial” como instrumento de batalha semântica. Dialogando

nisso que estamos vislumbrando como “operações culturais de um espaço e de um tempo”, García Canclini (2008) aponta o seguinte:

Entender as relações indispensáveis da modernidade com o passado requer as operações de ritualização cultural. Para que as tradições sirvam hoje de legitimação para aqueles que as construíram ou se apropriaram delas, é necessário colocá-las em cena. O patrimônio existe como força política na medida em que é teatralizado: em comemorações, monumentos, museus (GARCÍA CANCLINI, 2008, p.161-162).

Poderíamos estender as dualidades entre tradição e modernidade sintetizadas no comentário de García Canclini também no sentido físico e vital das ocupações urbanas e sua consequente teatralização. Nesse sentido, é possível afirmar que dada tradição ritualizada é potente porque assume a gestualidade do poder, seja ele de interesse pretensamente público ou privado. Assim, o tempo passa também a ser disputado, na tensão decorrente do emaranhado de questões envolvidas nas lutas políticas e culturais de ocupações espaciais urbanas.

A condução dos sujeitos em um espaço como a praça Gomes Freire se rivaliza com a lógica do condomínio (DUNKER, 2009), mas está, intensamente, chocando-se com o capital cultural da tradição. No entanto, a modernidade, aqui, é também um campo de fratura, devido às disputas e ao processo de mediação diante da fragmentação e da diversidade de vozes no espaço. Como afirma Sarlo (2006), a modernidade periférica se estabelece na tensão das assimilações dos tradicionalismos ante o acionamento da cultura popular, em sua variedade, no discurso da modernização.

Desse modo, percorrer o *Jardim*, e absorver o discurso midiático local sobre ele, é perceber tais tensões em três pontos: a *temporalidade suspensa*, o *deslocamento conflituoso* e o *território desconcertado*.

a) *A temporalidade suspensa*

Tanto Dunker quanto Sarlo nos alertam que a transitoriedade do tempo se faz no contato e nos desarranjos simbólicos de um espaço. Esse, no mais, parece ser um dos condicionantes mais caros à ideia de modernidade. A esse respeito, podemos compreender a praça Gomes Freire como um local de desajuste. Especialmente porque é um local “contaminado” de várias temporalidades: o tempo religioso, o tempo da diversão noturna, o tempo do descanso, o tempo do tropel. No entanto, essas temporalidades estão suspensas, pois na representação (seja a midiática, seja a cultural) se determina uma linha narrativa de interferência na conduta e no sentido do espaço. Assim, o jornal *Ponto final* chapa, em sua cobertura, as diversas temporalidades, para um fim específico: esvaziar e/ou ordenar as tensões. No acúmulo histórico das representações mais oficiais, esse movimento também pode ser verificado.

Por isso mesmo, a ação dos sujeitos nessa temporalidade suspensa é a ocupação de um território transitório e vago. O discurso do turismo, por exemplo, se assenta nessa disposição. O espaço de trânsito, pura e simplesmente, em uma cidade como Mariana, suscita a paz e a calma como premissa moral. Quando qualquer aspecto de base social, ou cultural, desarranja tal compreensão discursiva, a vigilância adquire um sentido moralista: do capital econômico, do estado, da Igreja etc. É preciso controlar o fluxo dos sujeitos (jovens de periferia, desviantes etc.) pois nessa disposição dissonante a vagareza temporal se dilui. A temporalidade em suspenso, tão vislumbrada nas entrelinhas dos textos de *Ponto final*, está desvinculada de coletividade, nesse sentido.

Ainda sobre tal questão, é preciso dizer que os atores sociais em contraste (prefeitura, polícia, vereadores, moradores do centro, estudantes, jovens de bairros periféricos) assumem o espaço também como uma lógica de projeção do tempo em suspenso. Que pode ser o da vigília como também o da diversão e do lazer. A temporalidade suspensa contrasta com o deslocamento conflituoso.

b) *O deslocamento conflituoso*

Quando o sujeito está no *Jardim*, a possibilidade de ele ser arrebatado por qualquer imagem (humana e dos objetos em trânsito) faz com que a possibilidade dos encontros esteja ancorada nos anseios. É preciso afirmar que o espaço, sendo disputado simbolicamente, constrói-se por meio dos olhares e da percepção da contratensão de outros olhares. A questão filosófica que permeia este trabalho – de quem é essa praça, afinal? – é envolvida no conflito marcado por esses atravessamentos: do olhar, dos passantes, dos ruídos etc. Assim, a calma reivindicada pela temporalidade suspensa é posta em xeque no atributo do tropel, da inconveniências, das rasuras. Esses elementos também são acumulados no tempo. Portanto, imbuídos de todo um imaginário. Ou seja, andar e estar no *Jardim*, em dias e horários distintos, é carregar os conflitos nos olhares e nas pistas “arquitetônicas” do local.

É preciso compreender, portanto, que o “rolê” no entorno e dentro da praça assume uma topografia demarcada. Aquilo que García Canclini vai chamar do “porvir do passado”. Ou seja, o deslocamento conflituoso tira a temporalidade suspensa do seu sentido de contemporaneidade, pois revela, nas distinções e interdições do tempo, a tensão e a evidência da disputa. O simbolismo em meio a essa marca é um esteio moral. E conflituoso. Com isso, a repulsa a um espaço condicionado pela premissa do convívio pacífico se manifesta na tese deste deslocamento. Em que o conflito se estabelece na convicção da disputa

e na condição de centralidade do *Jardim* como o microespaço revelador das tensões do município como um todo: culturais, sociais e simbólicas.

c) *O território desconcertado*

O território específico, a praça Gomes Freire em Mariana, é um espaço de polifonia urbana. As vozes estão embaladas num código corrosivo de modernidade, a explicar os gritos da cidade, mesmo na calma interiorana de Minas Gerais. Nesse sentido, o território se desconcerta, pois é hibridizado em forma e conteúdo. Vendedores ambulantes, embriagados, trabalhadores, senhoras cansadas do passeio, estudantes atentos em suas leituras, todos eles estão imersos em uma espécie de desconcerto, na aparente “calma” do *Jardim* – onde a polifonia se assenta. A praça, dessa forma, é uma espécie de caixa de absorção sonora e social.

A sobreposição de vozes é, portanto, uma estado de ânimo. É por essa vitalidade, em conjunto à temporalidade suspensa e ao deslocamento conflituoso, que a possibilidade de presença se manifesta. Não há como propor um projeto de civilidade, em tal configuração, se não se entender que o desconcerto é submetido a uma precondição: de um espaço citadino formado pela absorção da polifonia.

É preciso atentar-se, nessas diversidades e discursos, ao processo de rompimento com padrões. O *Jardim* é disputado, porque há nele a necessidade de despontar as resistências de um povo, com suas aspirações mais específicas e especiais. A representação da imprensa marianense do local, mais especificamente o jornal *Ponto final*, se traduz na batalha interna sobre as proposituras desse mesmo desconcerto. Entender e compreender o outro, neste território polifônico, é um exercício de alteridade, evidentemente. Neste caso específico, é entender a sobreposição de vozes e o emaranhado de gestos, semblantes e discursos. A atmosfera do local, nesses termos, é resumidora de disputa.

### AFINAL DE CONTAS, DE QUEM É A PRAÇA?

Ao levar em consideração as publicações em que o *Jardim* é citado indiretamente ou como pauta central das notícias, é possível afirmar que o enquadro jornalístico ao espaço é negativo. Em outras palavras, se, de forma experimental, a praça fosse apresentada a alguém exclusivamente a partir dessas reportagens, muito provavelmente, o imaginário desse leitor a classificaria

como violenta, desordeira, incivilizada, voltada para uso intensivo de drogas e de pouca ou nenhuma contemplação ligada ao lazer e à sociabilidade da cidade de Mariana. Entretanto, o próprio *Ponto Final* parece entrar em contradição quando, no mesmo período da análise em questão, divulga 14 eventos culturais, sociais, artísticos e esportivos realizados na praça. Esse contrassenso deveria ser apreciado com o seguinte questionamento: Como um local, representado na maior parte das pautas diretas como nocivo, pode receber um leque tão variado de eventos voltados à população marianense e aos seus turistas?

Sobretudo, é preciso esclarecer que não é intenção deste artigo negar os casos de violência, de consumo de drogas, de desrespeito às leis, ou de falta de infraestrutura na praça Gomes Freire. A grande reflexão aqui colocada é que, ao que parece, o *Jardim* retratado nas páginas do *Ponto Final* valoriza a voz oficial de políticos, policiais, agentes públicos e guardas municipais, enquanto suprime os demais grupos frequentadores e, conseqüentemente, a visão e a versão que cada um pode acrescentar às variedades de uso daquele local.

Sendo assim, ao dar voz a apenas determinados grupos e ao representar em demasia o espaço pela lógica da insegurança e do medo, o jornal pode colocar em risco a variedade dos grupos e das atividades ali realizadas. E esse desequilíbrio pode causar conseqüências, como o esvaziamento e a desvalorização do espaço público ou até embates mais agressivos em que a disputa simbólica passa a ser a da ordem física alimentada pelos discursos de ódio daqueles que não aceitam a presença do diferente ou que entendem que o outro é um potencial inimigo.

Nesse sentido, as várias cenas suscitadas por este local específico têm potencial para demonstrar que, apesar das pressões por hierarquias, exclusões e higienizações (difundidas em parte pela imprensa marianense), o *Jardim* ainda se revela como o maior ponto de sociabilidade da cidade de Mariana, mesmo tensionado a todo instante pelos seus diversos frequentadores.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Schirley Fátima Nogueira da Silva Cavalcante; FIGUEIREDO, Madeleine Alves; PAIVA, Patrícia Duarte de Oliveira. *A História da Praça Gomes Freire: o Jardim de Mariana*. Lavras: Editora UFLA, 2010.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

DUNKER, Christian I.L. *A lógica do condomínio ou: o síndico e seus descontentes*. São Paulo: Revista Leitura Flutuante, PUC/SP, volume 1, 2009.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. *Cidades e cidadãos imaginados pelos meios de comunicação*. In: Revista Opinião Pública, Campinas, v. 8, n. 1, p. 40-53, 2002.

\_\_\_\_\_. *Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. Tradução de Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. 4.ed. São Paulo: Edusp, 2008.

ROBBA, Fabio; MACEDO, Silvio Soares. *Praças brasileiras*. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2010.

ROLNIK, Raquel. *O lazer humaniza o espaço urbano*. In: SESC-SP. (org.). *Lazer numa sociedade globalizada*. São Paulo: World Leisure, 2000.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia*. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2014.

SARLO, Beatriz. *Cenas da vida pós-moderna*. 4. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

SOUZA JÚNIOR, Paulo Gracino. *Visões da cidade: memória, poder e preservação em Mariana-MG*. In: CAVIGNAC, Julie Antoinette (org.). *Revista Vivência*. v. 1, n. 1, 2005, P. 179-198.

---

## Nota

- 1 Mariana foi a primeira vila, cidade, sede do bispado e capital de Minas Gerais. A cidade se localiza a 110 km de Belo Horizonte.
- 2 Gomes Freire de Andrade (1865-1938) foi médico, professor e político – atuando como presidente da Câmara de Mariana, senador do império, deputado estadual constituinte e deputado federal. Informações coletadas em <<http://www.gomesfreiredeandrade.xpg.com.br/index.html>>. Acesso em 08 ago. 2017.
- 3 A título de exemplo, no portal de períodos da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) foi encontrado apenas um artigo sobre o *Jardim* de Mariana. Informação coletada em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br>>. Acesso em 10 ago. 2017.
- 4 Segundo Alves, Figueiredo e Paiva (2010), *rossio* era o nome dado para terrenos concedidos pela Coroa Portuguesa – detentora das terras da colônia – às câmaras locais. Uma parte dessas terras podia ser destinada a uso comunitário, como pastos, roças e reservas de lenha, enquanto outras eram concedidas aos próprios moradores.
- 5 Alves, Figueiredo e Paiva (2010) explicam que *cavallhadas* era um tipo de manifestação cultural que representava a luta dos cristãos contra os mouros. Nesses eventos existiam simulações de combate entre cavaleiros com lanças e argolas.
- 6 O espaço já teve vários nomes, como *largo das Cavallhadas*, *praça D. João V*, *praça do Chafariz* e *praça da Independência*, entre outros. Transformou-se em *praça Gomes Freire* quando a cidade recebeu o título de Monumento Nacional, em 1945.
- 7 A extração do minério de ferro ganhou significativo aumento nas décadas de 1970 e 1980, quando grandes empresas tomaram conta do negócio. A primeira grande corporação, S.A. Mineração Trindade (Samitri), chegou à região em 1965. Com a Samitri, o crescimento populacional do município passou de 6.837 habitantes, em 1960, para 7.720, em 1970. Em 1977, Mariana recebeu a companhia Samarco, mineradora que trouxe um fluxo de pessoas bem mais significativo que o da década precedente. Sendo assim, a população subiu para 12.853 ainda no final da década de 1970. No ano de 1979, foi a vez da Companhia Vale do Rio Doce, atual Vale, se instalar (SOUZA JÚNIOR, 2005). Cabe ressaltar que segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a população atual de Mariana é estimada em 59.857 habitantes (conforme dados de 2017 do IBGE).
- 8 A escolha pelo jornal *Ponto Final* como objeto de análise desse trabalho se deu por ele ser hoje o impresso de pautas voltadas à Mariana mais bem estruturado. Com edições semanais (tiragem mínima de dois mil exemplares), o veículo (ativo há mais

de vinte anos) se firmou no mercado local e é o único da região a ser vendido em lojas, mercearias, bares e bancas.

- 9 O mês de agosto de 2017 não foi analisado, porque as edições ainda não estavam disponíveis.
- 10 Após a comercialização do impresso, o veículo disponibiliza para visualização e *download* as edições completas dos jornais pelo *site*: [www.jornalpontofinalonline.com.br](http://www.jornalpontofinalonline.com.br).
- 11 Para otimização do trabalho, nenhuma das quatro reportagens em que o *Jardim* é pautado como temática central será apresentada aqui na forma de transcrição completa.